

DESTAQUES EDITORIAIS

MULHER BRASILEIRA É ASSIM

Heleieth I. B. Saffioti e Monica Muñoz-Vargas (orgs.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Social do Rio de Janeiro, com apoio do UNICEF, lançou recentemente esta importante antologia, que reúne artigos sobre diferentes aspectos da participação da mulher na sociedade brasileira. Embora o enfoque primordial seja a situação da mulher, a coletânea pretende despertar seus leitores para os problemas relativos à infância e à adolescência, uma das principais áreas de atuação do UNICEF. Ressalta também a importância de levantamentos de dados, segundo o sexo, que possam abalzar diagnósticos precisos sobre a realidade das crianças brasileiras.

Entre os tópicos abordados pelos vários autores estão *educação, trabalho, saúde reprodutiva, violência de gênero, identidade feminina, participação política e legislação*. Fúlvia Rosemberg, por exemplo, observa em seu artigo que embora a mulher brasileira apresente, em média, maior nível de escolarização que os homens, ela ainda ocupa grande parte das carreiras profissionais mal-remuneradas e pouco prestigiadas. Já Cristina Bruschini expõe as tendências recentes do perfil da mulher trabalhadora mediante a análise comparativa de dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 1981 e 1990. No que se refere à saúde reprodutiva, Maria Carranza discute, entre outras questões de grande impacto para a mulher brasileira, a queda da taxa de fecundidade e o aborto. Em seguida, Heleieth Saffioti aborda o tema da violência de gênero, focalizando a violência física da mulher no interior do grupo familiar. A questão racial é tratada por Sueli Carneiro através da reflexão das diferentes ordens de subordinação entre as identidades sociais, como resultado de um processo histórico-cultural. A participação política das mulheres, em especial no processo de redemocratização do Bra-

sil, é analisada por Celi Pinto, seja mediante formas institucionais, ou pela atuação em movimentos sociais e populares. Examinando a legislação brasileira atual e passada no que concerne à mulher, à cidadania e aos direitos humanos, Leila Barsted levanta várias questões sobre as contradições entre o sistema jurídico e a realidade social das mulheres brasileiras. Finalizando a coletânea, um posfácio de Saffioti discute variações do conceito de gênero em diferentes áreas do conhecimento.

O livro apresenta um panorama importante não só para o trabalho do UNICEF, como para aqueles envolvidos com os problemas relativos à infância e à mulher na sociedade brasileira.

TRABALHO, SUBJETIVIDADE E PODER

Maria Inês Rosa

São Paulo: EDUSP/Letras & Letras, 1994. 228 p.

Enfocando operários de indústria ótica — "antigos de casa" — demitidos, a autora examina com rigor científico, mas também com grande sensibilidade pessoal, o processo de perda vivenciado por aqueles trabalhadores.

As relações de poder estabelecidas dentro da fábrica — que acabam permeando a malha de cada subjetividade envolvida — são dissecadas com base na matriz explicativa de M. Foucault. Nesse contexto, o discurso do empregador é o contraponto necessário às vozes, ora assertivas e críticas, ora titubeantes e emocionadas, dos dispensados. O cenário é completado pelo exame da atuação do sindicato junto à empresa e aos trabalhadores.

O estudo inova em diversos sentidos, principalmente pondo a nu a afirmação do "ser trabalhador", afirmação essa constituída de profundo prazer e dedicação ao "labor", de construção de um saber técnico

insubstituível e de momentos de resistência — muda ou articulada — à exploração.

Enfim, trata-se de um texto rigoroso e sensível, ou, nas palavras de Sergio Adorno, que assina o Prefácio (citando Weber), “uma oportunidade para ver as realidades da vida, e a força da alma que é capaz de suportá-las e elevar-se à altura delas”.

Dagmar M. L. Zibas

CIDADANIA E COMPETITIVIDADE, DESAFIOS EDUCACIONAIS DO TERCEIRO MILÊNIO

Guiomar Namó de Mello
São Paulo: Cortez, 1994

Em 1992, um livro sacudiu o marasmo das escolas brasileiras: *Magistério primário, da competência técnica ao compromisso político*. A polêmica entre, de um lado, os “competentes”, e de outro, os “compromissados” fez correr rios de tinta até que se tornasse visível, mesmo para os mais recalcitrantes, a natureza dialética da polaridade competência/compromisso.

Enquanto o debate se alastrava, a então professora e pesquisadora Guiomar Namó de Mello, responsável por todo este reboiço intelectual, continuou fazendo seus caminhos. Virou secretária municipal da Educação, depois deputada, depois consultora internacional de projetos. Pôde vivenciar, analisar e interpretar o fenômeno educativo brasileiro, assumindo, na prática, os mais diferentes pontos de vista: da sala de aula, dos Centros de Pesquisa, do Executivo, do Legislativo, das organizações financiadoras.

Filho dessa trajetória é o livro *Cidadania e competitividade, desafios educacionais do terceiro milênio*, parido em 1993.

Ao revisitar o tema da competência na escola — sem a qual não pode existir competitividade — e do compromisso político — sem o qual não se constrói

cidadania —, Guiomar mostra que suas idéias mudaram mas permaneceram as mesmas. “Nunca as mesmas flores, sempre a primavera”, diz a autora, citando o *Livro das mutações* escrito por seus ancestrais chineses há mais de três mil anos.

Ela parte de uma síntese do que se discute hoje no mundo sobre Educação e traça um retrato cruel da ineficiência do ensino fundamental em nosso país. Depois do diagnóstico, apresenta a lista de remédios. São propostas exasperantemente exequíveis. Parecem ao alcance da mão de qualquer dirigente capaz de mobilizar competência e compromissos para tirar do papel o direito de todos a uma escola de boa qualidade.

Como diz Paulo Leminsky, “essa história ou querer ser exatamente o que a gente é, ainda vai nos levar além”. Guiomar, essa técnica “eficiente dentro da loucura e paixão que continua vivendo pela escola”, vai além.

Quer amemos ou detestemos as idéias que defende, é indispensável conferi-las.

Madza Julita Nogueira

RAÍZES E ASAS

CENPEC — Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

São Paulo, 1994

Conjunto composto de uma série de fascículos, uma fita de vídeo e um livro. Produzido pelo CENPEC, com o apoio do UNICEF e do Banco Itaú, *Raízes e Asas* é destinado aos que estão empenhados na construção coletiva de um projeto que visa à melhoria da qualidade do ensino básico.

Os temas tratados são: “a escola e sua função social”, “gestão — compromisso de todos”, “trabalho coletivo na escola”, “projeto de escola”, “o ensinar e

o aprender", "como ensinar", "a sala de aula" e "avaliação e aprendizagem". O material foi concebido para ser utilizado pela equipe de educadores de uma mesma escola, e presta-se a programas de formação de professores em serviço. Deverá ser distribuído gratuitamente às escolas da rede pública que o adotarem.

A equipe do CENPEC percorreu várias regiões do país, visitando escolas que, de algum modo, iniciaram um processo de renovação. Todas as situações que servem de exemplo à reflexão proposta no material são retiradas da realidade vivida por educadores e alunos das escolas brasileiras. Mostram que melhorar a escola não é um sonho impossível.

POR UMA ESCOLA DE CIDADÃOS

Ministério da Educação e do Desporto
Brasília: MEC/FNUAP. (Série Institucional, 9)

Texto redigido inicialmente por um grupo de estudiosos e endereçado aos professores, incorpora nesta versão as sugestões dos participantes do Seminário "O Plano Decenal e os Compromissos com a Cidadania", realizado em 1994, em São Paulo.

Utilizando uma linguagem simples e direta, aborda temas como preconceito, discriminação, racismo, insiste na importância de uma formação que sensibilize e informe o professor sobre essas questões. Sugere também algumas ações que podem ser desenvolvidas pelos participantes do sistema escolar, isto é, o professor, os editores e autores de livros didáticos, os colaboradores de currículos e os formuladores das políticas educacionais. São propostas visando tornar a escola uma instituição democrática, tanto no sentido de formar cidadãos abertos e receptivos às diferenças raciais, culturais, religiosas, como torná-la um "ambiente" em que todos os alunos, independentemente da sua "raça", religião e cultura, possam se desenvolver plenamente.

O aspecto inovador dessa iniciativa é que o texto não se apresenta simplesmente como mais um material colocado à disposição do professor, mas inicia um processo de *troca* para que essa ação se aperfeiçoe, se enriqueça com a experiência do professor, suas dúvidas, críticas, sugestões, enfim, com sua colaboração. É, portanto, um texto em desenvolvimento.

Espera-se, particularmente, que essa colaboração propicie a elaboração de outros textos mais aperfeiçoados e mais próximos das expectativas dos professores.

NOVOS OLHARES. MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL

Cristina Bruschini e Bila Sorj (orgs.)
São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994

Os artigos reunidos nessa coletânea foram produzidos no âmbito do VI Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher, organizado pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. As autoras são pesquisadoras de diferentes instituições do país, de formações disciplinares diversas e em distintos momentos de suas trajetórias profissionais, o que possibilita um tratamento diferenciado à temática das relações de gênero.

Andréa Brandão Puppim ("Mulheres em cargos de comando") e Liliana Segrini ("Feminização do trabalho bancário") revisitam o mundo do trabalho, analisando a construção e o *modus operandi* dos mecanismos que regulam e limitam o acesso das mulheres às hierarquias mais elevadas em empreendimentos econômicos de grande porte. Tânia Fontolan ("A participação feminina no Tribunal do Júri") empreende uma análise do discurso dos agentes da lei sobre a participação feminina no júri em Americana, interior de São Paulo. Os artigos de Maria Helena Trigo ("A mu-

lher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero”) e de Maria Candida Delgado Reis (“Guardiãs do Futuro: imagens do magistério de 1895 a 1920 em São Paulo”) abordam momentos históricos cruciais de mudanças nos papéis femininos, quando mulheres passam a marcar presença no campo profissional.

Marília Pinto de Carvalho e Cláudia Pereira Viana analisam, no artigo “Educadoras e mães de alunos: um (des)encontro”, os limites pouco definidos e as tensões daí decorrentes entre as atribuições da família, especialmente das mães, e as responsabilidades das *educadoras escolares* junto às crianças de duas escolas públicas de 1º grau em São Paulo. Guacira Lopes Louro e Dagmar Meyer (“Donas de casa, artesãs e técnicas”) debruçam-se sobre os processos de transformação dos saberes domésticos em saberes escolares na Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles de Porto Alegre, apontando para as nebulosas fronteiras entre formação técnica e formação para o lar no ensino profissional feminino. Maria

Izilda Santos de Matos, em “Porta adentro. Criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930”, focaliza o trabalho do então chamados *criados de servir* em São Paulo e Santos no período de 1880 a 1930 e ressalta as ambivalências das práticas patronais, ao mesmo tempo repressivas e cooptativas. Danielle Ardaillon, por sua vez, no estudo “O aborto no Judiciário: uma lei que justiça a vítima”, desvenda os mecanismos de julgamento de uma prática que, apesar de ilegal, é extremamente recorrente. Renata Udler Cromberg (“A cena incestuosa: o problema da vitimização”) traz a escuta psicanalítica de casos de violência sexual contra mulheres e meninas, realizada por pais e padrastos, mostrando o complexo embriçamento do ato sexual violento com as fantasias sexuais inconscientes. Finalmente, Susana Bornéo Funck (“A sexualidade nas utopias feministas dos anos 70 na literatura norte-americana”) mergulha nos questionamentos sobre a sexualidade e as relações de poder criadas no espaço imaginário das obras ficcionais que estuda.